

SISTEMA FINANCEIRO, CRESCIMENTO ECONÔMICO E DESIGUALDADES REGIONAIS NO ESPÍRITO SANTO: UMA ANÁLISE ESPACIAL PARA OS MUNICÍPIOS¹

*ROBSON ANTONIO GRASSI²
RODOLFO FERNANDES ARAÚJO³*

Resumo

O objetivo deste trabalho é estudar o comportamento e o desempenho do sistema financeiro no Espírito Santo, como importante fator para a explicação das desigualdades regionais no Estado. A partir da teoria pós-keynesiana, o sistema financeiro é considerado um dos agentes fundamentais para o desenvolvimento regional por meio do financiamento de atividades produtivas. Por outro lado, as desigualdades regionais se acentuariam pelas posturas e estratégias bancárias diferenciadas que os bancos adotam de acordo com a localidade em que estão inseridos, o que é conhecido como teoria da causalção circular cumulativas (a partir de Myrdal, 1965). De modo geral, objetivou-se identificar os municípios do Espírito Santo que se caracterizam por possuir dinamismo econômico e um sistema financeiro desenvolvido e disposto a ofertar maiores quantidades de crédito. Para alcançar tal objetivo, o arcabouço metodológico foi composto pela Análise Fatorial, construída por variáveis econômicas e financeiras, abrangendo o espaço compreendido pelos 78 municípios do Estado. Por meio do emprego desta técnica, foi possível construir um índice que indica o Potencial de Desenvolvimento Financeiro (PDF) dos seus municípios.

Os resultados da análise, pioneira no Espírito Santo, revelam as fortes disparidades existentes entre os municípios capixabas, constatando que o sistema financeiro se concentra em regiões caracterizadas por possuírem dinamismo econômico e desenvolvimento social, revelando-se importante fator explicativo dos significativos desequilíbrios regionais da economia capixaba.

Palavras-Chave: Espírito Santo, Sistema Financeiro, Desigualdades Regionais.

Abstract

This paper aims to analyze the behavior and performance of the different profiles of the financial system at Espírito Santo as an important instrument in explaining regional disparities at state. The Post Keynesian theory explains financial system constitutes one of the key players for regional development through the financing of productive activities. Moreover regional disparities are exacerbated by the attitudes

and strategies banking that banks have differentiated according to the locality in which they live, what is known as the theory of circular and cumulative causation (Myrdal, 1965). In general, the objective was to identify the municipalities of the Espírito Santo which are characterized by economic dynamism and has a developed financial system and willing to offer greater amounts of credit. To achieve this, the methodological framework was composed of Factor Analysis, built by economic and financial variables, covering the space comprised by the 78 municipalities. The use of this technique it allowed the construction an index that indicates the Financial Development Potential (FDP) of its municipalities. The results of the analysis, a pioneer in the Espírito Santo, reveal the wide disparities between the municipalities of the State, noting that the financial system is concentrated in regions characterized by having economic dynamism and social development, revealing important factor explaining the significant

¹ Os autores agradecem ao financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES).

² Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). Professor do Departamento de Economia e do Mestrado em Economia da UFES. E-mail: rgrassi@uol.com.br

³ Mestre em Economia pela UFES. Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: ecorodolfo@hotmail.com



regional imbalances in the economy of Espírito Santo.

Key-words: Espírito Santo, Financial System, Regional Disparities

JEL: G21; R11; O16; E42

1 Introdução

Existe consenso na literatura sobre desenvolvimento regional a respeito da existência de uma correlação positiva entre crescimento econômico e atuação do sistema financeiro. Embora haja certa discordância quanto à direção da causalidade, diversos estudos nacionais e internacionais já foram realizados, por meio da construção de indicadores financeiros e econômicos, com o intuito de comprovar a veracidade desta relação.

Segundo Levine *et alii* (2000), o desenvolvimento bancário é positivamente correlacionado com a taxa atual e futura de crescimento econômico, acumulação de capital e crescimento da produtividade, principalmente quando os bancos oferecem serviços mais sofisticados para os indivíduos e empresas.

Tal relação também é abordada pela teoria pós-keynesiana. Esta teoria começou a ser desenvolvida na década de 1970, tendo como expoentes Paul Davidson (1978) e Hyman Minsky (1982; 1986), entre outros. Dow (1987), precursora da introdução do referencial pós-keynesiano no âmbito dos estudos regionais, utiliza elementos da teoria de Keynes, como não neutralidade monetária e preferência pela liquidez, revelando o sistema bancário como o principal agente no processo de inserção e criação de moeda.

Utilizando os preceitos da teoria da causalidade circular cumulativa desenvolvida por Myrdal (1965), Dow (1987) explica que os bancos podem acentuar as desigualdades regionais quando as forças de mercado atuam livremente. Assim, a postura diferenciada que os mesmos adotam,

dado o tipo de região (periférica ou central) em que estão inseridos, pode gerar processos cumulativos que aumentam ainda mais as disparidades regionais.

Partindo dos estudos já realizados no Brasil em âmbito regional (AMADO, 1997; e CROCCO, 2011) e tendo em vista a total ausência de trabalhos realizados especificamente para o Espírito Santo, achou-se propício desenvolver um estudo que abordasse a configuração financeira no Estado, analisando o comportamento diferenciado que os bancos adotam em relação a sua localização espacial.

O Espírito Santo é caracterizado por possuir uma configuração bastante heterogênea em relação ao seu desenvolvimento regional. Grande parte dos municípios não usufrui das mesmas taxas de crescimento econômico do Estado (que por sua vez foram superiores à média brasileira nas últimas décadas). Assim, este crescimento se assentou somente no entorno da capital e em alguns municípios litorâneos, revelando que apenas uma pequena parte do Estado apresenta forte dinamismo econômico, um sistema financeiro disposto a atender a demanda de crédito regional, e melhores condições econômicas e sociais como renda, emprego e educação. É nesse contexto que surgiu o interesse em pesquisar o sistema financeiro no Espírito Santo como um dos fatores decisivos para a explicação das suas desigualdades regionais.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é realizar uma análise espacial da configuração financeira do Espírito Santo, bem como dos perfis diferenciados da atuação bancária (quanto à concessão de empréstimos, financiamentos, depósitos, dentre outras variáveis) em distintas regiões, como importante fator para a explicação das disparidades regionais no Estado.

Para atingir suas conclusões, o trabalho se utiliza de uma análise multivariada, a Análise Fatorial,

que se apresenta como importante ferramenta metodológica para analisar as distintas formas de atuação dos bancos para o caso capixaba, constituindo-se de ferramenta utilizada de forma pioneira para o objeto de estudo em questão. Por meio desta técnica, será encontrado um índice denominado Potencial de Desenvolvimento Financeiro (PDF), construindo-se uma hierarquia que capta a dinâmica financeira de cada município capixaba, dadas as variáveis incluídas para a realização da referida metodologia.

Além desta parte introdutória, o trabalho está organizado em mais quatro seções. Na segunda seção serão expostas as principais contribuições da literatura sobre a relação entre sistema financeiro e crescimento econômico, bem como sobre a atuação dos bancos no âmbito regional, tendo como base a teoria pós-keynesiana. A seção 3 descreverá a evolução recente da economia capixaba. Além disso, tal seção se preocupará em analisar alguns indicadores econômicos e financeiros das regiões do Estado com o intuito de ressaltar a discussão sobre as desigualdades regionais existentes no Espírito Santo. A quarta parte mostrará o método estatístico que será utilizado para aplicação dos dados à metodologia proposta, bem como os resultados encontrados, constituídos de análises espaciais para os municípios. Por fim, na seção 5, serão descritas as conclusões do trabalho, destacando-se os resultados mais relevantes relacionados ao sistema financeiro capixaba como importante fator para a explicação das desigualdades regionais no Estado.

2 Moedas, sistema financeiro e desenvolvimento regional: contribuições da literatura pós-keynesiana

Grande parte dos escritos da literatura econômica propõe uma importância secundária para a atuação bancária no contexto regional. Porém, nas últimas décadas, mais pre-

cisamente desde os anos setenta do século passado, alguns estudos têm emergido a partir de uma abordagem endógena e não neutra da moeda, com o intuito de abordar a influência do sistema bancário no processo de desenvolvimento regional.

Partindo-se do arcabouço pós-keynesiano e trazendo-o para uma análise regional, os bancos constituem elemento essencial para o desenvolvimento das regiões e, por isso, não podem ser considerados neutros, uma vez que possuem a capacidade de ofertar (através da característica endógena da moeda) e criar moeda (multiplicador bancário), além de participarem ativamente do processo de financiamento das atividades produtivas.

Trabalhos como os de Dow (1982 e 1987), Chick e Dow (1988) e Crocco (2005) têm incorporado a perspectiva pós-keynesiana na análise sobre a moeda e os bancos, com o intuito de alertar que a moeda não é neutra do ponto de vista regional e que os efeitos nas variáveis reais que são gerados através dela são sentidos tanto no curto quanto no longo termo. Assim, nessa abordagem, ao contrário do pensamento ortodoxo, os bancos possuem um papel fundamental na economia. Além de gerar um ciclo de relações entre a moeda e os indivíduos, podem desencadear o desenvolvimento de uma região, uma vez que a moeda e os fluxos financeiros passam a ser considerados como fatores de diferenças regionais (DOW, 1982, apud AMADO, 1997).

Exemplos encontrados na literatura que abordam uma relação de causalidade entre desenvolvimento ou crescimento econômico e finanças podem ser visualizados nos trabalhos de Levine et al. (2000), Levine e Zervos (1998) e Guiso et al. (2002). Levine e Zervos (1998), por exemplo, definem uma relação entre crescimento econômico no longo prazo entre mercado de ações e desenvolvimento bancário. Para isso, constroem indicadores empíricos⁴ para o mercado acioná-

rio, como os de liquidez, tamanho, volatilidade e integração com os mercados mundiais. Além disso, utilizam uma medida relacionada ao desenvolvimento bancário e aos componentes do crescimento econômico. Os autores constataram que, depois de controlar as muitas variáveis que também se associam ao crescimento, o desenvolvimento bancário é positivamente correlacionado com a taxa contemporânea e futura de crescimento econômico, acumulação de capital e crescimento da produtividade, principalmente quando os bancos oferecem serviços diferenciados para a economia.

Nos trabalhos de Levine et al. (2000) e Levine e Zervos (1998), não são incorporados elementos de caráter regional para explicar a causalidade da relação entre crescimento e finanças. Um trabalho que se aproxima desta discussão dentro do âmbito regional pode ser verificado no escrito de Guiso et al. (2002). Estes autores realizaram um estudo sobre a importância do desenvolvimento do sistema financeiro local nas regiões da Itália. Eles demonstraram que, embora os mercados financeiros estejam cada vez mais integrados com o mundo, o desenvolvimento do sistema financeiro local é de crucial importância, pois o mesmo se torna um componente de importância diferenciada para grandes e pequenas empresas e principalmente para o surgimento de novas firmas.

Os autores alertam que, devido ao processo de globalização, as grandes empresas dão importância menor ao sistema financeiro local, ao contrário das pequenas empresas, que depositam a sua confiança nele. Por conseguinte, Guiso et al. (2002) concluem que, devido a esta maior integração mundial, o apoio governamental ao sistema financeiro local

tende a desaparecer, o que ajuda a explicar o subdesenvolvimento de diversas regiões da Itália.

Dow (1987), por sua vez, com a finalidade de explicar as condições financeiras e a moeda como fatores do desenvolvimento regional, utiliza os elementos da dependência cumulativa e a teoria monetária de Keynes para a elaboração de uma teoria que identifique os efeitos cumulativos que podem ser originados pelo sistema financeiro quando da existência de fortes desigualdades entre as regiões. Ao elaborar o princípio da teoria da causalidade circular cumulativa, Myrdal (1965) afirmou que este conceito envolve diversas forças que tendem a agir e reagir independentemente, de sorte a manter uma região pobre em estado de pobreza. A exemplificação é a seguinte:

Assim, um homem pobre que talvez não tenha o bastante para comer; sendo subnutrido, sua saúde será fraca; sendo fraco, sua capacidade de trabalho será baixa, o que significa que será pobre, o que por sua vez implica dizer que não terá o suficiente para comer; e assim por diante. [...] o processo cumulativo, quando não controlado, promoverá desigualdades crescentes (MYRDAL, 1965, p.32-33).

Deste modo, as forças de mercado não se movem de forma independente e espontânea em direção ao equilíbrio estável; ao contrário, se afastam dessa posição constantemente. Por isso, em virtude da causalidade circular, o processo tende a se tornar cumulativo, aumentando cada vez mais a sua velocidade. Assim, sob certas condições, os bancos podem gerar processos cumulativos que acentuam ainda mais a desigualdade regional. Dow tenta explicar este processo através da caracterização das regiões periféricas e centrais, como no Quadro 01, a seguir.

⁴ Para informações mais detalhadas sobre cada indicador, ver Levine e Zervos (1998, p.540-543).

Quadro 01 - Caracterização do centro e da periferia

Características	Centro	Periferia
Trajétórias de crescimento	Estáveis	Instáveis
Variável dinâmica para o crescimento	Endógena	Exógena (exportações)
Concentração da produção	Secundário e terciário	Primário e terciário
Propensão a importar	Baixa	Alta
Arranjos Institucionais (desenvolvimento)	Grande	Pequeno
Mercado financeiro (desenvolvimento)	Grande	Pequeno
Liquidez dos ativos	Alta	Baixa
Bases para difusão de informações	Sólidas	Voláteis
Incerteza	Pequena	Grande

Fonte: Amado (1998)

Para a autora, as regiões centrais possuem densidade populacional e atividades econômicas de modo a permitir o fornecimento de bens e serviços centrais para si mesmas e para regiões mais próximas. De modo geral, estas regiões são prósperas, com mercados ativos e sofisticação financeira, marcadas por uma trajetória de estável desenvolvimento, baixa propensão a importar e trajetória de crescimento auto-gerada e retroalimentada⁵.

Dadas as características que as regiões centrais possuem, pode-se afirmar que a liquidez proporcionada pelos ativos deste tipo de região é alta, uma vez que as bases para a difusão de informações são mais fortes (amenizando o problema da informação assimétrica), a incerteza é menor e o processo produtivo está concentrado nos setores secundário e terciário, diferentemente da periferia, onde a sua produção é direcionada para os setores primário e terciário.

Já as regiões periféricas têm como características a instabilidade e um baixo nível de desenvolvimento econômico. A volatilidade destas é explicada pelo fato de serem depen-

dentemente economicamente do centro, uma vez que grande parte da sua receita de produção é dependente das regiões centrais. Barra e Crocco (2002) destacam que a periferia seria uma economia estagnada, com tênues mercados e baixo grau de sofisticação financeira. Esta estagnação é decorrente de sua economia ser concentrada em produtos primários e manufaturas de baixa tecnologia.

Por meio das características de cada tipo de região definida, pode-se constatar que a preferência pela liquidez é maior na periferia do que no centro. Isso acontece devido ao ambiente de incerteza que está intrinsecamente contido nas regiões periféricas, gerando instabilidade. Para Crocco *et alii* (2003), a instabilidade e a incerteza levam os bancos e indivíduos localizados na periferia a reterem moeda. Esses fatores são

ocasionados devido ao alto risco de perda de capital para os bancos relacionados ao risco de *default* (descumprimento) dos empréstimos. Nas palavras de Dow:

[...] where availability of credit is never assured, liquidity preference will be high. For the nonbank public, this means not only a relatively high preference for holding bank deposits, but also a preference for any longer term investment to be in national securities rather than local regional assets. This latter preference is manifested both in a lowering of the price of regional assets, and the value of the regional bank multiplier (DOW, p. 18, 1987)

Assim, essa alta preferência por liquidez é também manifestada na preferência de ativos nacionais em detrimento dos ativos locais, reduzindo o multiplicador bancário⁶ e a oferta de crédito local, reforçando a preferência por liquidez do público não bancário. Resumidamente, uma elevada preferência por liquidez aumenta o investimento em ativos nacionais em vez de regionais, o que reduz o multiplicador bancário, resultando numa demanda insatisfeita por crédito.

De acordo com Nogueira et al. (2009), os bancos das regiões periféricas preferem manter um nível acentuado de reservas, restringindo os empréstimos locais, encorajando a concentração bancária no centro. Devido à preferência por liquidez do público ser maior na periferia, a quantidade de parcelas a vista sobre a prazo seria maior, o que obrigaria os bancos a diminuir o prazo dos empréstimos para ajustar o menor prazo dos depósitos, gerando um menor fluxo monetário na região.

⁵ Amado (2006) utiliza este termo para descrever que a concentração bancária nas regiões centrais reforça a concentração industrial, que por sua vez reforça a concentração bancária.

⁶ O multiplicador bancário pode ser definido pelo limite do processo de expansão de "reempréstimos" e "redepósitos", feito pelos clientes que os receberam. Para cada valor D de depósitos, é necessário constituir reservas ($R = R_1 + R_2$), onde R1 são reservas voluntárias e R2 reservas compulsórias. Assim o multiplicador bancário é dado pela seguinte expressão: $1/(R_1 + R_2)$.

Na visão de Figueiredo (2006), quanto maior a centralidade em que a região estiver inserida, maior a diversificação dos setores secundários e terciários, ampliando, deste modo, as alternativas de investimento dos bancos ao possibilitar a diversificação de suas carteiras. Isso tudo leva a uma menor preferência pela liquidez por parte das instituições bancárias. Segundo a autora, os empresários também terão uma preferência por liquidez baixa, propiciada pelas externalidades ligadas à diversificação da economia.

De forma geral, os agentes econômicos tomam as suas decisões considerando o grau de confiança⁷ das suas expectativas e no quanto de incerteza que desejam enfrentar. Logo, se estes agentes estão inseridos num ambiente de alto grau de incerteza, como é verificado na periferia, mais frágeis serão as expectativas, o que resultará numa maior preferência por liquidez. Para Mollo (2004), a junção de incerteza elevada com baixa expectativa de investimento leva ao comprometimento na decisão dos agentes econômicos em relação ao investimento (induzindo os mesmos a reterem moeda), resultando numa restrição do crescimento da renda e do emprego via efeito multiplicador.

Segundo Crocco et al. (2011), a forma como os bancos alocam os seus recursos, bem como as suas disponibilidades de crédito para empréstimos e financiamentos, dependerá do grau de centralidade que as regiões possuem. Em regiões mais dinâmicas e setores produtivos diversificados, o sistema financeiro atuará de forma mais direta, com maior diversificação de ativos e maior disponibilidade de créditos.

Assim, existe uma tendência dos bancos se localizarem em regiões centrais. De modo que a concentração financeira tende a levar a uma concentração de setores produtivos mais dinâmicos via maior concessão de volume de crédito, o que tende a ampliar as disparidades regionais

(AMADO, 1998). Esta tendência se reflete na capacidade dos bancos dos centros financeiros inspirarem maior confiança e então gerarem mais crescimento e lucro, uma vez que estes centros são importantes empregadores e geradores de renda, sendo este, portanto, um argumento locacional de considerável importância (DOW, 1999).

Com tudo isso, o sistema bancário não se constitui apenas de um elemento intermediador entre investidores e poupadores (como tem sido abordado pela vertente neoclássica); o mesmo tem uma participação ativa, principalmente nas situações de crescimento, e, neste caso específico, na determinação do financiamento do investimento (STUDART, 1993).

Este processo de desigualdade tende a se acentuar justamente pela postura diferenciada que os bancos adotam frente às regiões periféricas e centrais. Sendo a periferia caracterizada pelo baixo nível de crescimento e instabilidade, os bancos optariam por uma maior disponibilidade de volume de recursos para a região central do que para a periferia, levando ao fechamento de agências e sedes bancárias nesta última, e, assim, a concentração do setor bancário nas regiões centrais se consolidaria.

Isso tudo nos leva a concluir que, segundo a visão pós-keynesiana, a relação entre desenvolvimento do sistema bancário e crescimento econômico é estreita. Moeda e bancos não são neutros do ponto de vista dos seus impactos sobre a atividade econômica, inclusive no que se refere às desigualdades regionais. Quando as forças de mercado tendem a atuar livremente, o sistema bancário pode acentuar as disparidades econômicas regionais.

A evidência empírica confirma essa conclusão. Um estudo recente realizado por Crocco (2011), por

exemplo, revela que o sistema financeiro brasileiro é fortemente fragmentado. Essa fragmentação financeira é relacionada à existência de poucos centros/cidades que oferecem serviços financeiros mais sofisticados, e com grande parte dos municípios ofertando apenas serviços básicos à população. O autor justifica que isso se deve ao fato do conjunto das cidades brasileiras serem caracterizadas como pequenos centros urbanos desenvolvidos e um grande número de municípios pouco desenvolvidos, baseando toda a sua discussão no conceito de centralidade desenvolvido por Christaller (1966) e Lösch (1967).

A necessidade do governo de criar mecanismos como forma de reduzir essas disparidades torna-se latente. Tais mecanismos podem estar baseados em políticas públicas bancárias que atendam às necessidades de financiamento regional, principalmente em regiões da periferia, que se caracterizam pela baixa dinamicidade econômica.

Baseando-se em Dow (1990), Amado (1998) sugere intervenções do Estado por meio de políticas monetárias como forma de arrefecer o processo de geração e ampliação de desigualdades, por meio de encaixes compulsórios diversificados segundo as regiões. Segundo a autora, nas regiões periféricas, em que os bancos voluntariamente estipulam maiores reservas voluntárias, seriam mantidos menores encaixes compulsórios, elevando com isso os multiplicadores.

Por fim, Amado (1998) alega que, nas regiões periféricas, a atuação de um sistema bancário regional que conte com bancos públicos, geridos pela própria região, evitaria problemas relativos às bases remotas de dados que geram bases voláteis para a formação de expectativas na periferia. Com isso, as empresas loca-

⁷ Dow (1987, p.21) interpreta o estado de confiança nos ativos das regiões como fator determinante do nível de crédito, depósitos e renda, o que torna a teoria financeira regional compatível com a teoria monetária Keynesiana.

“

No setor agropecuário, o Espírito Santo se destaca pela sua produção de café tipo conilon, obtendo um aumento constante de sua produtividade desde a década de 90.”

lizadas nas regiões periféricas teriam um acesso mais facilitado a créditos e empréstimos.

3 crescimento econômico, crédito e desigualdade regional no Espírito Santo

A economia capixaba vem se destacando pelas elevadas taxas de crescimento nas últimas décadas, verificadas nos principais setores econômicos: agricultura, serviços e indústria. Este crescimento acentuado tem sido alimentado, sobretudo, pelo desenvolvimento voltado para a exportação de *commodities*.

No setor agropecuário, o Espírito Santo se destaca pela sua produção de café tipo *conilon*, obtendo um aumento constante de sua produtividade desde a década de 90. A participação do Estado a nível nacional representa cerca de 25% do total, com produção de 9 milhões de sacas (IJSN, 2010). Outro ramo agrícola que possui possibilidades de crescimento no Estado é o da fruticultura, com destaque para a produção de mamão (40% da produção nacional) seguida, de longe, por banana e maracujá.

No setor industrial, os segmentos mais expressivos são siderurgia e fabricação de celulose, sendo o Espírito Santo o segundo produtor nacional de petróleo e gás natural, além de exportar ferro, aço e granito. Como

se pode notar, são especializações em *commodities*. Outras atividades que possuem importância neste setor são relacionadas com os setores alimentício, madeireiro e de confecções.

Porém, apesar da recente expansão da economia capixaba relacionada com taxas elevadas de seu crescimento no Produto Interno Bruto (PIB), o Estado do Espírito Santo é caracterizado como periférico na economia brasileira. Autores como Villaschi (1999) e Caçador e Grassi (2009) atentam para o fato da baixa capacidade inovativa comparativamente a algumas regiões⁸ brasileiras. Dentre os diversos motivos que tais autores ressaltam para justificar essa situação, pode-se citar: a produção científica e tecnológica do estado é baixa (praticamente não existe articulação entre instituições de ensino e pesquisa com o setor produtivo), as taxas de cooperação objetivando a inovação são menores que a média nacional e, além disso, os setores produtivos concentram sua produção em atividades de baixa intensidade tecnológica.

Devido às características mencionadas acima, os estudos realizados pelos autores citados classificam o Estado numa posição inferior às regiões centrais brasileiras. O que os autores não mencionam é que, além dessa “inferioridade nacional”, existe uma inferioridade interna, comparativamente às suas próprias regiões, verificada pela forte exclusão econômica e financeira de diversas localidades do Estado.

Localizado na região Sudeste do Brasil, possuindo 3.514.952 de habitantes, com distribuição espacial em 4 mesorregiões, 13 microrregiões⁹ e 78 municípios (IBGE, 2010), o Espírito

Santo apresenta uma configuração bastante heterogênea no tocante ao seu desenvolvimento regional. O crescimento desfrutado nos últimos anos pelo Estado se concentrou apenas na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e em alguns municípios litorâneos (principalmente Linhares e Aracruz, ao norte, e Anchieta, ao sul), dando ao mesmo um caráter polarizador, reunindo nesta região as principais atividades de dinamismo econômico. As regiões localizadas a oeste do Estado são as menos beneficiadas por tal crescimento, possuindo os piores indicadores socioeconômicos e baixo acesso a serviços financeiros, como será visto adiante.

Trazendo a análise do PIB para o nível municipal (ver Tabela 01), nota-se que poucas destas localidades possuem uma significativa participação quando se comparam com o grupo “demais municípios”¹⁰. Somente o município de Vitória compõe mais de 30% do PIB em relação ao total. Somando aos municípios de Vila Velha, Cariacica e Serra, esse percentual se eleva para 62%, em 2008.

Vale ressaltar que apenas os municípios de Vitória e Serra obtiveram um aumento em seus percentuais. A variação da participação no produto de outros municípios, como Linhares, Vila Velha, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, não foi significativa. Outro fato constatado é que a maior parte da riqueza está concentrada em apenas 2,48% da área total do Estado, compreendida pela RMGV. Ao contrário, o grupo dos “demais municípios”, que por sua vez possui 76,60% da área, concentrou apenas 16,6% da participação no PIB, em 2008 (ver Tabela 01).

⁸ Caçador e Grassi (2008) tomam como referência a região do polígono, de acordo com Diniz (1993), para realizarem as análises comparativas.

⁹ Segundo o Instituto Jones Santos Neves (IJSN), a divisão microrregional atual do Estado do Espírito Santo consiste em 10 microrregiões. Vale ressaltar, até recentemente o Governo do Estado trabalhava com uma divisão em 12 microrregiões.

¹⁰ A participação dos municípios compreendidos pela faixa litorânea espírito-santense tem se elevado ao decorrer dos anos. Em 1996, a participação destes no PIB correspondeu a 65% em relação ao total, se elevando para 70% em 2002 e, alcançando 74% em 2008.

Tabela 01 – Participação e Posição dos Municípios Capixabas no PIB Estadual: 1959-2008* (%)

Municípios	1959		1970		1980		1996		2000		2005		2008	
	Part.	Pos.	Part.	Pos.	Part.	Pos.	Part.	Pos.	Part.	Pos.	Part.	Pos.	Part.	Pos.
Vitória	31.3	1º	34.8	1º	31.9	1º	30.7	1º	28.8	1º	33.5	1º	32.5	1º
Serra	0.2	36º	1.2	12º	5.0	5º	10.5	3º	12.6	2º	15.2	2º	16.7	2º
Vila Velha	5.8	3º	10.1	2º	8.4	2º	10.5	2º	9.9	3º	7.6	3º	7.6	3º
Cariacica	2.1	8º	7.0	4º	6.8	3º	6.8	4º	5.3	4º	5.0	4º	5.1	4º
Linhares	4.3	4º	4.3	6º	4.0	8º	2.9	8º	3.2	7º	3.0	7º	4.2	5º
Anchieta	0.3	34º	0.3	37º	2.9	9º	0.8	16º	2.1	10º	2.8	8º	3.4	6º
Aracruz	1.1	22º	0.8	26º	5.0	6º	4.6	6º	4.6	5º	4.8	5º	3.4	7º
Cachoeiro de Itapemirim	9.5	3º	7.5	3º	6.3	4º	4.8	5º	4.0	6º	3.6	6º	3.2	8º
Colatina	12.7	2º	5.7	5º	4.5	7º	3.0	7º	2.8	8º	2.3	9º	2.2	9º
P. Kennedy ¹	-	-	0.2	46º	0.2	44º	0.2	59º	0.3	42º	0.6	19º	1.5	10º
São Mateus	1.9	12º	1.1	13º	1.1	14º	1.7	9º	2.4	9º	1.6	10º	1.3	11º
Viana	0.2	35º	0.3	34º	2.4	10º	1.2	11º	1.3	12º	1.4	11º	1.3	12º
Guarapari	1.7	15º	1.1	15º	1.1	15º	1.5	10º	1.6	11º	1.3	12º	1.2	13º
Demais municípios ²	28.8	-	25.4	-	20.3	-	20.9	-	21.0	-	17.2	-	16.6	-
Total	100		100		100		100		100		100		100	

Fonte Elaboração Própria com dados do IBGE

*Obs.: Os municípios foram ordenados tomando como base o ano de 2008

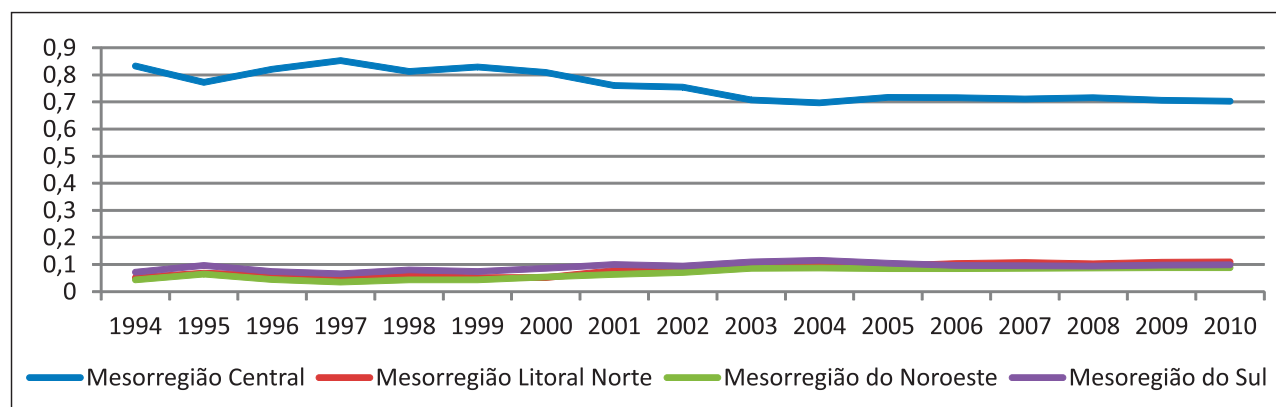
¹ Os dados referentes ao município de Presidente Kennedy no ano de 1959 não estão disponíveis, uma vez que a lei para a criação da cidade entrou em vigor no dia 04 de abril de 1964.

² Participação de todos os municípios, excetuando os 13 primeiros de cada ano.

Por outro lado, a participação do grupo “demais municípios” se reduziu de 28,8%, em 1959, para 16,6% em 2008. Isso indica que boa parte dos municípios não foi beneficiada pelos investimentos realizados no Estado nas últimas décadas, investimentos estes que se concentraram basicamente na microrregião de Vitória e em algumas regiões litorâneas. Isso evidentemente impede a geração de um fluxo de renda e emprego significativo nestas regiões, o que pode acentuar ainda mais as disparidades regionais no Espírito Santo.

De forma parecida às análises anteriores, a distribuição regional do crédito nas mesorregiões capixabas também é fortemente desigual, como pode ser observado no Gráfico 01. Apesar da perda da participação da mesorregião Central (que inclui os municípios da Grande Vitória) nas operações de crédito, no intervalo 2000-2005, esta possui a maior parte dos fluxos financeiros no Estado em todo o período analisado, bem à frente das demais mesorregiões, Norte, Sul e Noroeste. Isso pode ser constatado pelo fato da assistência bancária se estender a todos os 78 municípios capixabas (ver Tabela 02). Além disso, observa-se uma sensível diminuição da participação da região Sul e um aumento da participação da região Norte no período considerado.

Gráfico 01- Participação das mesorregiões nas operações de crédito do Espírito Santo (1994-2010) em %



Fonte: Elaboração Própria com base em dados extraídos da ESTBAN (2012)

Tabela 02 - Quantidade de municípios com pelo menos uma agência bancária (1994-2008)

Ano	Municípios	Ano	Municípios
1994	71	2002	66
1995	71	2003	66
1996	71	2004	69
1997	58	2005	78
1998	58	2006	78
1999	58	2007	78
2000	58	2008	78
2001	66		

Fonte: Elaboração Própria com dados extraídos ESTBAN/BACEN

Regiões com um maior desempenho econômico são propícias à concentração de agências e atividades financeiras, ao contrário daqueles municípios menos desenvolvidos que não possuem acesso a serviços financeiros mais sofisticados. Portanto, observa-se que os municípios que se destacaram na participação do PIB são aqueles que possuem maior participação financeira no Estado.

Como foi relatado no referencial teórico, quando as forças de mercado atuam livremente, as disparidades regionais tendem a se acentuar. Deste modo, os municípios com maior dinamismo econômico e assistidos por um sistema financeiro mais desenvolvido (número de agências, acessibilidade facilitada ao crédito) tendem a crescer mais, ao contrário daqueles municípios desassistidos, que por sua vez estariam condenados ao subdesenvolvimento. Apesar de não existir um consenso na literatura se o sistema financeiro causa o crescimento econômico e vice-versa, há concordância entre os autores que esta relação existe, e que os bancos podem adotar posturas diferenciadas dado o ambiente em que os mesmos se encontram.

Embora seja possível extrair conclusões preliminares sobre o que foi discutido nesta seção, abre-se a possibilidade da utilização de técnicas e métodos estatísticos em Economia Regional para se averiguar as formas

diferenciadas da atuação bancária no espaço, e a influência que a economia exerce neste comportamento. Neste sentido, a técnica da Análise Fatorial se constituirá de ferramenta esclarecedora para a obtenção e análise dos resultados encontrados para a economia capixaba.

4 Metodologia e resultados

4.1 Análise Fatorial

Cavalcante, Crocco e Jayme Jr. (2006) realizaram estudos para o sistema financeiro com emprego de métodos bastante conhecidos na literatura regional: modelo gravitacional, análises de *cluster* (com dendogramas), e, principalmente, análise de componentes principais. Especificamente, este último método foi utilizado em diversos trabalhos para análises espaciais diferenciadas.

Diferentemente da análise de componentes principais, a Análise Fatorial (AF) se caracteriza por ser mais robusta, uma vez que são realizados testes de hipóteses para se verificar o ajustamento dos dados ao modelo, comprovando a sua eficiência na utilização deste método. Ferreira Neto e Perobelli (2010) aplicaram a metodologia de Análise Fatorial para Minas Gerais, utilizando variáveis relacionadas à cultura, como forma de determinar o potencial de desenvolvimento cultural das microrregiões do Estado. Além disso, tais autores, por intermédio da Análise Explanatória de Dados

“ A escolha da AF está relacionada aos incrementos de diversas variáveis que este modelo aceita, pelo fato desta ser considerada uma análise multivariada. Como o estudo do sistema financeiro envolve diversas variáveis, a AF tornou-se uma ferramenta apropriada... ”

Espaciais (AEDE), detectaram os padrões espaciais a partir dos índices calculados.

A metodologia deste trabalho, composta pela AF, utilizou as bases de dados disponíveis no IBGE e ESTBAN (Estatística Bancária por Município), e buscou, com isso, detectar o Potencial de Desenvolvimento Financeiro (PDF) dos municípios capixabas. A escolha da AF está relacionada aos incrementos de diversas variáveis que este modelo aceita, pelo fato desta ser considerada uma análise multivariada. Como o estudo do sistema financeiro envolve diversas variáveis, a AF tornou-se uma ferramenta apropriada e viável para a execução deste trabalho.

A AF consiste em sintetizar as informações contidas na matriz de dados, facilitando a interpretação analítica dos mesmos, ou seja, analisa-se a estrutura de correlação de um grande número de variáveis, definindo um conjunto de características em comum, chamadas de fatores (ANDRADE, 1989).

Para Hair et al. (2009), ao agrupar as variáveis altamente correlacionadas, o pesquisador deve ter a sensibilidade de rotular ou nomear

“

Vale ressaltar que, quanto mais distante de zero for o escore fatorial de uma observação, em valores positivos, melhor será a posição relativa da observação em um fator, como resalta Monteiro e Pinheiro (2004).

”

os grupos criados, e até mesmo instituir uma nova medida composta que possa representar tais grupos de variáveis. Para os autores, a AF pode desempenhar um papel único em relação a outras técnicas multivariadas, uma vez que ela fornece ferramentas para analisar a estrutura das inter-relações (correlações) entre um número maior de variáveis ao definir conjuntos de variáveis que são inter-relacionados (fatores).

Basicamente, este método pode ser utilizado para duas finalidades: 1) agrupar as regiões de acordo com as suas características, neste caso, microrregiões; 2) agrupar as variáveis, com o intuito de delinear padrões de variação nas características, sendo este tipo de análise mais comum.

Rezende *et alii* (2007) elenca os seguintes passos para o método de Análise Fatorial, que são: 1) formulação do problema; 2) construção da matriz de correlação; 3) determinação do método de análise fatorial; 4) determinação do número de fatores, rotação dos fatores, interpretação dos fatores, cálculo das cargas fatoriais ou escolha de variáveis substitutas; 5) determinação do ajuste do modelo.

Do ponto de vista matemático, a análise fatorial pode ser expressa do seguinte modo:

$$X_i = a_{i1}F_1 + a_{i2}F_2 + a_{i3}F_3 + \dots + a_{ik}F_k + U_i + e_i \quad (1)$$

Onde a_{ik} são as cargas fatoriais usadas para combinar linearmente os fatores comuns. Assim, cada uma das variáveis é descrita linearmente em termos de k fatores comuns (F), as k variáveis, e de um elemento único e específico (U_i) ou de erro (e_i) de cada variável.

Face à equação (1), as cargas fatoriais (a_{ik}) medem a intensidade das relações entre as variáveis normalizadas X_i e os fatores. Por conseguinte, quanto maior uma carga fatorial, mais associada com o fator se encontra a variável. Uma carga fatorial de 0,50 significa que 25% da variância da variável é explicada pelo fator. Por meio de análises práticas das cargas fatoriais, pode-se utilizar uma forma de significância como critério. Segundo Hair *et alii* (2009), as cargas fatoriais entre 0,30 e 0,40 atendem ao nível mínimo de exigência; já os valores situados acima de 0,50 são praticamente significantes; e acima de 0,70 pode ser considerada bem definida.

A carga fatorial ao quadrado demonstra o quanto da variável total é explicada pelo fator. A variância comum h_i^2 , ou comunalidade¹¹, é calculada pelo somatório ao quadrado das cargas fatoriais, que por sua vez representam o quanto da variância total de X_i é reproduzida pelos fatores comuns. A variância única U_i é a parte da variância total que não se associa com a variância das outras variáveis. O termo representa o erro de observação, de mensuração ou de especificação do modelo (MELO; PARRÉ, 2006).

Como aponta Andrade (1989), o *eigenvalue* (autovalor) corresponde à variância total explicada pelo fator,

sendo que o seu valor resulta da adição dos quadrados das cargas fatoriais de cada variável com o fator. Dividindo o *eigenvalue* pelo número de variáveis, obtém-se a proporção da variância total explicada pelo fator.

Para definir as relações entre as variáveis e os fatores, utiliza-se a rotação ortogonal ou oblíqua. Assim, os eixos podem ser rotacionados (rodados) de maneira a preservar a independência entre os fatores extraídos ou, ao rotacionar, encontrar uma melhor posição para os fatores para que a independência dos mesmos permaneça. Dessa forma, o efeito final produzido pela rotação da matriz fatorial é “redistribuir a variância dos primeiros fatores para os últimos com o objetivo de atingir um padrão fatorial mais simples e teoricamente mais significativo (HAIR *et alii*, 2009, p.116)”.

O método de rotação mais utilizado e indicado na literatura é o VARIMAX, pois minimiza o número de variáveis com altas cargas sobre o fator, o que reforça a interpretação dos fatores (PEROBELLI *et al.*, 1999; REZENDE *et al.*, 2007). Ao se empregar uma técnica de rotação, as comunalidades não mudam para cada variável. No entanto, a variância de cada fator é ligeiramente diferente, ocasionando uma distribuição das variâncias mais equilibrada nos fatores, e as cargas fatoriais são maximizadas para cada uma sobre o fator, com exceção nos casos de cruzamento de cargas.

Vale ressaltar que, quanto mais distante de zero for o escore fatorial de uma observação, em valores positivos, melhor será a posição relativa da observação em um fator, como resalta Monteiro e Pinheiro (2004). Assim, aquele município que apresentar um escore fatorial elevado melhor terá a sua posição em relação aos demais.

¹¹ A comunalidade varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1 o valor se encontrar, mais explicativa será a variável.

Segundo Melo e Parré (2006), o KMO (*Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy*) é um teste estatístico bastante utilizado na análise fatorial, que por sua vez corresponde à “razão da soma dos quadrados das correlações de todas as variáveis dividida por essa mesma soma acrescentada da soma dos quadrados das correlações parciais de todas as variáveis” (p. 17). Deste modo, o KMO é um teste que examina o ajuste dos dados, tomando todas as variáveis simultaneamente, e provê uma informação sintética sobre os dados, variando o seu valor entre zero e um, sendo que quanto mais próximo de um, melhor¹².

Outro teste bastante utilizado é o teste de esfericidade de Bartlett, que examina a matriz de correlações entre as variáveis, fornecendo a significância estatística de que a matriz de correlação tem correlações significativas entre pelo menos algumas das variáveis para continuar com a análise.

Antes de determinar o escore fatorial, torna-se necessária a padronização das variáveis, dada pela seguinte fórmula estatística:

$$Z_i = \frac{X_i - \bar{X}}{\tau} \quad (2)$$

Onde X_i corresponde a um dado valor da variável, \bar{X} à média aritmética, e τ o desvio padrão da amostra. A construção da matriz das variáveis normalizadas é dada pela fórmula:

$$Z_{ij} = \frac{X_{ij} - \bar{X}}{\tau_i} \quad (3)$$

Dadas as equações (2) e (3), o cálculo dos escores fatoriais será possível por meio da seguinte equação:

$$F_j^I = \sum_{i=1}^n b_i \cdot Z_{ij} \quad (4)$$

Onde F_j^I é o escore fatorial relativo ao Fator 1, e as cargas fatoriais das variáveis.

“ Juntamente com o índice de PLP, e a partir da discussão teórica realizada em seção anterior (sobretudo a relacionada às características de centralidade das localidades), foram selecionadas previamente as variáveis do modelo (ver descrição das variáveis utilizadas no Anexo deste artigo). ”

4.2 Análise dos resultados

Semelhantemente aos estudos desenvolvidos por Crocco (2003, 2005, 2006), adotou-se neste trabalho o índice de preferência por liquidez do público (PLP), que, por sua vez, foi desenvolvido com o objetivo de medir as variações de liquidez dos indivíduos. Dessa forma, quanto maior a PLP, maior a posição de ativos líquidos, e menor a demanda por crédito. Segundo Crocco (2005), esta relação é dada da seguinte forma:

$$PLP = \frac{DVg + DVp}{DT}$$

Onde: DVg = Depósitos à vista do governo;
DVp = Depósitos à vista do público;
DT = Depósitos Totais: depósitos à vista (privados e do governo) + depósitos a prazo + poupança

Juntamente com o índice de PLP, e a partir da discussão teórica realizada em seção anterior (sobretudo a relacionada às características de centralidade das localidades), foram selecionadas previamente as variáveis do modelo (ver descrição das variáveis utilizadas no Anexo deste artigo).

Com o intuito de obter uma situação mais detalhada do comportamento do sistema financeiro no Estado e, além disso, atender às exigências para a realização deste procedimento estatístico, o espaço de análise escolhido foi composto pelos municípios capixabas. Como foi dito na parte metodológica, na Análise Fatorial, busca-se extrair uma quantidade variável de fatores respeitando o valor do *eigenvalues* que deve ser superior a um. Aqui, optou-se por utilizar um número fixo de fatores sem prejudicar os resultados e a descrição do modelo, totalizando assim a quantidade de 3 fatores: O primeiro descreve a “Estrutura Econômica e Financeira” dos municípios capixabas; o segundo representa o “Dinamismo do Sistema Financeiro”; e o terceiro fator, a “Gestão dos Financiamentos Bancários”. Na Tabela 03, torna-se possível uma análise descritiva das variáveis.

Como se pode notar, dos diversos tipos de municípios do Espírito Santo, apesar de todos possuírem pelo menos uma agência bancária, os que contam com somente uma agência apresentam uma estrutura financeira pouco desenvolvida, dada a sua baixa sofisticação e diversificação de serviços oferecidos. Por exemplo, quanto ao tipo de instituições financeiras, a maioria dos municípios possui somente o setor bancos múltiplos em suas localidades, e, nestes, a quantidade de financiamentos e depósitos a prazo fica bem abaixo dos demais.

¹² Segundo Pereira (2004), os valores críticos do KMO são: Valores na casa de 0,90 - adequação ótima dos dados à análise fatorial; 0,80 - adequação boa; 0,70 - adequação razoável dos dados; 0,60 - adequação medíocre dos dados, e; valores na casa dos 0,50 ou menores são impróprios.

Tabela 3 - Análise Descritiva das Variáveis

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo	Variáveis	Média	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo
D_VISTA	0,017	0,0172	0,4234	0,0002	SALÁR	306,10	177,756	1171,4	107,40
D_PRAZO	0,020	0,0496	0,6906	0	ESTAB_IND	0,0220	0,0337	0,1304	0,0003
POUP	0,018	0,0108	0,3278	0,0002	ESTAB_AGROP	0,0222	0,0408	0,2097	0,0005
F_AGROP_ATIVO	0,172	0,1733	0,8142	0,0006	TIPOS_IFS	5,1707	5,0394	26	1
F_ATIVO	0,047	0,0403	0,2095	0,0131	EMP	0,0227	0,0489	0,27	0,0004
O_CRÉD_ATIVO	0,051	0,0546	0,1914	0,0000	ATIVO_PIB	1283,4	658,4925	3703,8	85,5537
F_IMOB_ATIVO	0,060	0,0445	0,17311	0,0005	RES_ATIVO	0,0239	0,0077	0,0079	0,0524
AGÊN_PC	0,000	0,0001	0,2363	0,0024	PLP	0,1997	0,0556	0,5438	0,1112

Fonte: Resultado da Pesquisa

“ Os valores demonstram uma favorável relação das variáveis ao modelo, pois quatro variáveis estão abaixo de 0,60, sendo que duas estão abaixo de 0,40, e seis variáveis estão acima de 0,90. ”

Conforme é desenvolvido no trabalho de Perobelli et al. (1999), a Tabela 04 permite demonstrar uma melhor visualização dos valores encontrados em relação a *eingevalues*, comunalidades e variância. Os valores demonstram uma favorável relação das variáveis ao modelo, pois quatro variáveis estão abaixo de 0,60, sendo que duas estão abaixo de 0,40, e seis variáveis estão acima de 0,90. Além disso, pode-se dizer que todas as variáveis possuem sua variância explicada pelos três fatores, percebendo-se que tais fatores estão em ordem decrescente de explicação.

Tabela 4 - Valores de *eingevalues*, comunalidades e percentual da variância explicada pelos fatores

Fator	<i>Eingevalues</i>	% da Variância	% Acumulativa
1	6,143	38,394	38,394
2	3,762	23,513	61,907
3	2,180	13,623	75,530
Variável	Comunalidade	Variável	Comunalidade
DEP_VISTA	0,953	SALÁR	0,818
DEP_PRAZO	0,907	ESTAB_IND	0,767
DEP_POUP	0,920	ESTAB_AGROPEC	0,956
F_AGROP_ATIVO	0,663	TIPOS_IFS	0,943
F_ATIVO	0,448	EMPREGO	0,947
O_CRÉD_ATIVO	0,512	ATIVO_PIB	0,703
F_IMOB_ATIVO	0,492	RES_ATIVO	0,683
AGÊNCIA_PC	0,779	PLP	0,593

Fonte: Resultado da Pesquisa

A Tabela 5 ilustra as cargas fatoriais do modelo fatorial rotacionado. Como foi dito na metodologia, as cargas fatoriais representam a correlação entre as variáveis originais e os fatores, representando o entendimento da natureza de um determinado fator¹³. Assim, as cargas fatoriais em negrito representam o maior valor da variável correlacionada ao fator correspondente.

A aplicação do teste KMO foi efetuada com a intenção de saber se os dados originais estão ajustados ao modelo. A resposta desse teste está situada

¹³ As cargas fatoriais ao quadrado indicam o percentual da variância de uma variável original que é explicada pelo fator.

no intervalo bom, apresentando o valor 0,704, tornando-se viável e possível a utilização da análise fatorial. De igual maneira, o teste de esfericidade de Barlett (*Barlett's Test of Sphericity*) indicou improvável a matriz de correlação ser uma identidade, verificada pelo alto valor encontrado no BTS, 940,139, com o nível de significância 0,000.

Tabela 5 - Cargas Fatoriais

Variáveis	Fatores		
	1	2	3
ESTAB_AGROPEC	0,968	0,054	-0,128
EMP	0,965	0,109	-0,068
TIPOS_IFS	0,940	0,031	-0,242
SALÁR	0,874	0,214	0,094
D_VISTA	0,820	0,515	0,127
D_PRAZO	0,799	0,498	0,139
ESTAB_IND	0,771	-0,322	-0,263
AGÊNC_PC	-0,007	0,857	0,210
POUP	0,510	0,809	-0,070
ATIVO_PIB	0,391	0,740	-0,047
RES_ATIVO	-0,203	-0,692	0,403
PLP	0,156	-0,655	0,374
O_CRÉD_ATIVO	-0,316	0,457	-0,451
F_AGROP_ATIVO	-0,356	-0,159	0,715
F_IMOB_ATIVO	-0,071	0,054	-0,696
F_ATIVO	-0,111	0,036	0,659

Fonte: Resultado da Pesquisa

Tendo em vista a análise das tabelas 04 e 05, pode-se dizer que:

1) Composto por sete variáveis, o Fator 1 possui a maior explicação da variância do modelo, 38,394%. Apesar de possuir algumas variáveis financeiras, este fator agrega todas as variáveis econômicas que foram selecionadas para a análise, podendo ser rotulado como “Estrutura Econômica e Financeira”. Todas as variáveis desse fator possuem uma correlação positiva e acima de 0,80, exceto as variáveis D_PRAZO e ESTAB_IND, que se relacionam com os fatores 0,799 e 0,771, respectivamente.

2) O Fator 2 pode ser denominado como “Dinamismo do Sistema Financeiro”, explicado por 23,513% da variância. Este fator contém seis variáveis, sendo que duas apresentaram correlação negativa com o fator – RES_ATIVO e PLP (Contas de

Resultado e Preferência por Liquidez do Público). Os sinais de ambas variáveis são coerentes com a literatura resenhada neste estudo, pois quanto menor o índice PLP, maior a confiança depositada pelo público na região e nas instituições que são localizadas ali. Em relação à variável RES_ATIVO, esta demonstra a participação do lucro gerado pelo sistema financeiro comparativamente ao ativo do balancete bancário. Assim, em regiões com o sistema financeiro pouco desenvolvido, as mesmas conseguem auferir um lucro maior, mesmo não oferecendo uma estrutura de serviços financeiros com maior diversificação.

3) O Fator 3 é composto por apenas três variáveis, representando 13,623% da variância total. Este fator pode ser intitulado como “Gestão dos Financiamentos Bancários”, uma vez que o mesmo demonstra a quantidade de financiamentos (da conta operações de crédito) destinada ao público em relação ao ativo bancário. Todas as variáveis deste fator possuem correlação¹⁴ acima de 0,60, sendo que a variável com correlação menor é F_ATIVO (Financiamentos por Ativo), apresentando o valor de 0,659.

Os escores fatoriais foram calculados pela ponderação das variâncias dos componentes, com o objetivo de construir uma hierarquia para os municípios capixabas, tendo em vista os seus potenciais de desenvolvimento financeiro (PDF). De modo geral, o PDF pode ser definido como uma variável que revela o caráter da dinâmica financeira dos municípios estudados, capaz de explicar os recortes regionais para o Estado. Assim, considerando as variáveis incorporadas ao modelo, pode-se definir um padrão de atuação do sistema financeiro para cada localidade.

Com o intuito de diminuir o efeito dos grandes municípios, foram construídos vários índices, tanto para as variáveis financeiras quanto econômicas, ao invés de somente incorporar ao modelo os valores absolutos das mesmas. Dessa forma, o PDF foi obtido por meio da interpolação dos escores, atribuindo cem por cento ao maior valor encontrado e zero ao menor. Para a classificação dos escores, foi utilizada a proposta de Perobelli *et alii* (1999), que sugere a seguinte tipologia:

a) PDF-MA - composta por municípios que superam a média em dois desvios padrões;

¹⁴ Observa-se que a variável Financiamentos Imobiliários apresentou correlação negativa com o Fator 3. Provavelmente, isso se deve a programas sociais que promovem financiamentos de habitação que destinam parte de seus recursos a famílias de baixa renda, muito presentes na carteira de crédito de bancos como a Caixa Econômica Federal, por exemplo.

b) PDF-A – quando o município supera a média entre um e dois desvios padrões;

c) PDF-B - está no intervalo entre a média e o limite inferior da segunda categoria;

d) PDF-B - a quarta categoria constitui-se de 50% dos municípios abaixo da média; e

e) PDF-MB - o restante dos municípios.

Os valores encontrados na Tabela 06 apontam para baixo valor dos PDF calculados. Pode-se dizer que o município de Vitória é o centro financeiro do Estado, agregando também municípios de localidade próxima com elevados potenciais,

como, por exemplo, Vila Velha e Serra. Outros municípios, como Cachoeiro de Itapemirim, Linhares, Cariacica, Colatina e Guarapari, apresentaram PDF expressivos, sendo que os três primeiros foram classificados com alto potencial, e os dois posteriores, médio potencial financeiro.

Tabela 6 - Valores dos escores fatoriais e classificação do Potencial de Desenvolvimento Financeiro (PDF) dos Municípios do Espírito Santo

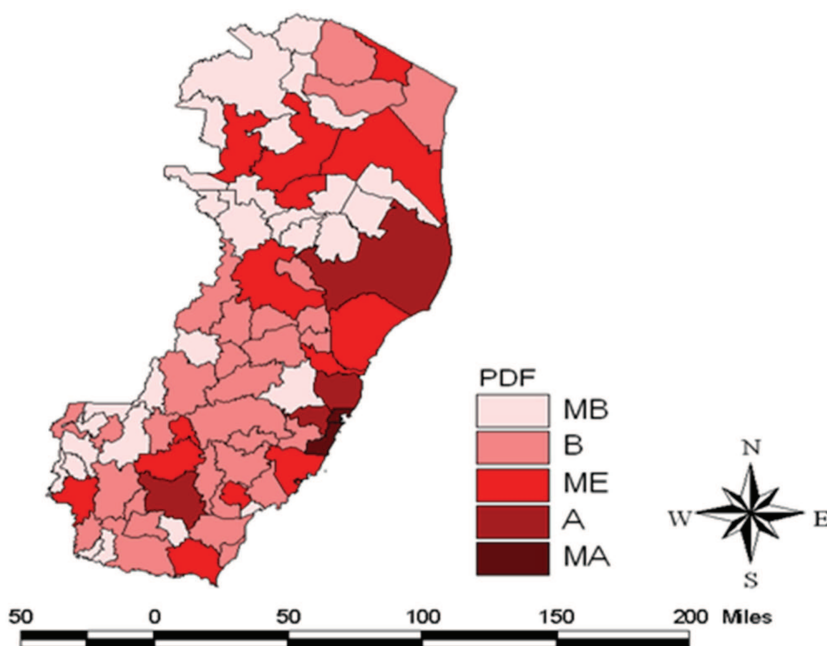
MUCURICI	0	MB	ITAGUACU	5,79	B
GOV. LINDENBERG	0,28	MB	VIANA	6,08	B
PONTO BELO	0,99	MB	SAO JOSE DO CALCADO	6,09	B
IBITIRAMA	1,77	MB	DOMINGOS MARTINS	6,1	B
IRUPI	1,82	MB	BAIXO GUANDU	6,2	B
SOORETAMA	1,93	MB	SAO ROQUE DO CANAA	6,25	B
D. DE SAO LOURENCO	2,03	MB	IBIRACU	6,26	B
AGUA DOCE DO NORTE	2,03	MB	AFONSO CLAUDIO	6,46	B
RIO BANANAL	2,23	MB	MUQUI	6,52	B
AGUIA BRANCA	2,25	MB	JOAO NEIVA	6,6	B
S. DOM. DO NORTE	2,59	MB	MARECHAL FLORIANO	6,6	B
APIACA	3,14	MB	ALFREDO CHAVES	6,68	B
MANTENOPOLIS	3,17	MB	VARGEM ALTA	6,71	B
VILA PAVAO	3,22	MB	MONTANHA	6,73	B
PANCAS	3,27	MB	MARATAIZES	6,79	B
BREJETUBA	3,31	MB	STA MARIA DE JETIBA	6,82	B
LARANJA DA TERRA	3,56	MB	ALEGRE	7,15	B
ATILIO VIVACQUA	3,82	MB	ANCHIETA	7,52	B
PIUMA	3,84	MB	SANTA TERESA	7,75	B
ECOPORANGA	3,87	MB	PEDRO CANARIO	8,11	ME
DORES DO RIO PRETO	3,96	MB	NOVA VENEZIA	8,15	ME
JAGUARE	3,99	MB	B. DE SAO FRANCISCO	8,21	ME
SANTA LEOPOLDINA	4,19	MB	FUNDAO	8,69	ME
VILA VALERIO	4,2	MB	GUACUI	9,37	ME
MUNIZ FREIRE	4,28	MB	CASTELO	9,6	ME
BOM JESUS DO NORTE	4,41	MB	S. GABRIEL DA PALHA	9,87	ME
BOA ESPERANCA	4,44	MB	V NOVA DO IMIGRANTE	10,31	ME
ALTO RIO NOVO	4,52	MB	PRESIDENTE KENNEDY	10,67	ME
IBATIBA	4,66	MB	ARACRUZ	11,32	ME
JERONIMO MONTEIRO	4,75	B	SAO MATEUS	11,56	ME
CONCEICAO DA BARRA	4,78	B	ICONHA	11,69	ME
CONCEICAO DO CASTELO	4,78	B	GUARAPARI	15,2	ME
RIO NOVO DO SUL	4,99	B	COLATINA	18,45	ME
PINHEIROS	5,11	B	CARIACICA	20,76	A
MIMOSO DO SUL	5,16	B	LINHARES	21,62	A
ITAPEMIRIM	5,29	B	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	24,71	A
ITARANA	5,61	B	SERRA	31,18	A
IUNA	5,69	B	VILA VELHA	40,7	MA
MARILANDIA	5,73	B	VITORIA	100	MA

Fonte: Resultado da Pesquisa

De forma geral, do total de 78 municípios, 14 apresentaram potenciais médios, e 58 se enquadraram nas categorias baixo e muito baixo PDF. Isso corrobora a análise realizada na seção 3 deste artigo, que mostrou a desigualdade regional existente no Estado, sendo o sistema financeiro, portanto, uma das peças fundamentais para explicá-la.

Pode-se perceber que alguns municípios que se destacam pela forte participação no PIB apresentaram potenciais médios e baixos. Por exemplo, Anchieta, que apresentou um PDF baixo, ocupa a sexta posição no PIB estadual, indicando que a apropriação da renda gerada na região é muito baixa e, além disso, tal renda gerada não é “canalizada” pelo sistema financeiro local. De forma contrária, outras regiões que não possuem participação relevante no PIB, como Venda Nova do Imigrante, Castelo, São Gabriel da Palha e Nova Venécia, apresentaram PDF médios. Embora as variáveis econômicas sejam importantes para explicar os fluxos financeiros, considerou-se também a capacidade do sistema financeiro em atender à demanda do público pela oferta de bens e serviços bancários na região. Portanto, mesmo que as regiões mencionadas não possuem um elevado porte econômico, possuem um sistema financeiro disposto e capaz de suprir a demanda regional de crédito dos agentes econômicos.

Figura 1 - Mapa do Potencial de Desenvolvimento Financeiro dos municípios do Espírito Santo



Fonte: Resultado da Pesquisa. Elaboração com o auxílio do software ArcView GIS 3.2

Pela Figura 1, pode-se confirmar a exclusão financeira das regiões do oeste capixaba, que também possuem os piores indicadores econômicos, como foi discutido na seção 3. Como é observado, os municípios com os menores potenciais estão

“

Como era de se esperar, a RMGV possui os potenciais mais elevados, com destaque para Vitória, Vila Velha e Serra. Já Cariacica, mesmo possuindo alto potencial, ficou atrás de Cachoeiro de Itapemirim e Linhares.

”

localizados lá, ao contrário daqueles que se encontram no litoral do Estado, que, por sua vez, apresentaram potenciais mais favoráveis.

Especificamente na Região Noroeste do Espírito Santo, diversas localidades apresentaram baixos potenciais. Dos 17 municípios localizados nesta região, 11 apresentaram potenciais muito baixos, 4 médios e 2 baixos¹⁵.

Como era de se esperar, a RMGV possui os potenciais mais elevados, com destaque para Vitória, Vila Velha e Serra. Já Cariacica, mesmo possuindo alto potencial, ficou atrás de Cachoeiro de Itapemirim e Linhares. Ponto Belo, Mucurici e Governador Lindenberg receberam os piores índices.

Face à análise dos índices de PDF, abre-se a possibilidade de relacioná-los com os índices IDH-M e IFDM,

¹⁵ Água doce do Norte (MB) – Barra de São Francisco (ME) – Ecoporanga (MB) – Mantenedópolis (MB) – Alto Rio Novo (MB) – Baixo Guandu (B) – Colatina (ME) – Governador Lindenberg (MB) – Marilândia (B) – Pancas (MB) – São Domingos do Norte (MB) – Águia Branca (MB) – Boa Esperança (MB) – Nova Venécia (ME) – São Gabriel da Palha (ME) – Vila Pavão (MB) – Vila Valério (MB).

uma vez que estes são os mais aceitos e utilizados dentre os indicadores de desenvolvimento para municípios. Como se sabe, tanto o IDH-M quanto o IFDM constituem índices que captam o desenvolvimento das regiões considerando os fatores educação, longevidade e renda. Espera-se, portanto, que tal relação seja positiva com os potenciais calculados.

Ao calcular a correlação com os índices, os valores encontrados foram os seguintes:

Quadro 2 - Correlação entre os índices sociais e PDF

Índices sociais	PDF
IFDM 2008	0.57258
IDH-M 2000	0.59350
IDH-M 1991	0.63994

Fonte: Resultado da Pesquisa

Pelo Quadro 2, nota-se que existe uma correlação relevante com todos os índices sociais escolhidos, o que confirma uma relação relevante entre desenvolvimento econômico e social e desenvolvimento financeiro para os municípios do Espírito Santo.

Em resumo, a análise de resultados indicou que algumas regiões do Estado apresentaram dinamismo financeiro e outras foram consideradas excluídas financeiramente. Os principais resultados podem ser elencados a seguir:

A Análise Fatorial (AF) permitiu obter um panorama da configuração financeira do Espírito Santo no espaço. Constatou-se que esta configuração não é homogênea, uma vez que o sistema financeiro é bastante fragmentado em termos de sofisticação financeira, concessão de créditos e empréstimos e número de agências, corroborando que os bancos adotam estratégias diferenciadas no território.

O município de Vitória, por possuir densidade populacional, agências bancárias, diversificação financeira, menor preferência por liquidez do público e, além disso, melhores indicadores sociais, é considerado

“
Os pós-keynesianos incorporam elementos da teoria de Keynes como a não neutralidade da moeda e a preferência por liquidez, buscando entender a capacidade dos bancos de criar e ofertar moeda.
 ”

o pólo financeiro e econômico do Estado (o de mais alto Potencial de Desenvolvimento Financeiro), com capacidade de ofertar maior volume de crédito para o público.

Outras regiões seriam beneficiadas pelo dinamismo verificado em Vitória, como Vila Velha e Serra, que por sua vez, apresentaram resultados significativos pelo emprego da metodologia da AF. Já Cariacica, mesmo localizando-se próxima à capital, apresentou resultado intermediário.

O município de Linhares se destacou dentre os demais da região norte do Espírito Santo, e Cachoeiro de Itapemirim, ao sul. Desse modo, ambos os municípios foram classificados por possuírem potenciais altos de desenvolvimento financeiro.

Apesar do município de Anchieta se configurar entre os maiores PIB do Estado, este apresentou um potencial financeiro baixo. A baixa quantidade de agências bancárias, pouca movimentação financeira e a baixa renda apropriada no município podem explicar o cálculo encontrado.

Como foi constatado no mapa, grande parte dos municípios que apresentaram potenciais baixos e muito baixos estão localizados na parte oeste do Estado, ao contrário

daqueles situados na faixa litorânea, que, por sua vez, foram classificados em grande parte como sendo de potencial de desenvolvimento financeiro muito alto, alto e médio.

Especificamente na Região Noroeste do Espírito Santo, diversas localidades apresentaram baixos potenciais. Dos 17 municípios localizados nesta região, 11 apresentaram potenciais muito baixos, 4 médios e 2 baixos.

5 conclusões

O objetivo deste trabalho foi analisar a configuração financeira do Espírito Santo, identificando os municípios do Estado que apresentam um sistema financeiro desenvolvido e disposto a ofertar maiores quantidades de crédito, dadas as suas características econômicas reais. Para tanto, utilizou-se a técnica de Análise Fatorial, sendo que por meio desta foi possível extrair um índice que captasse a dinâmica financeira de cada município capixaba. Tal índice foi intitulado Potencial de Desenvolvimento Financeiro (PDF).

Na seção 2 do trabalho, a discussão teórica foi baseada na teoria pós-keynesiana e no foco da mesma na relação entre crescimento econômico e sistema financeiro. Os pós-keynesianos incorporam elementos da teoria de Keynes como a não neutralidade da moeda e a preferência por liquidez, buscando entender a capacidade dos bancos de criar e ofertar moeda. As desigualdades regionais surgiriam pelas estratégias bancárias diferenciadas no território, dada a relação centro-periferia.

Conforme visto na seção 3, pela análise preliminar de indicadores e variáveis, constatou-se a tendência de aumento das disparidades regionais no Espírito Santo ao longo dos anos. A riqueza gerada no Estado é concentrada fundamentalmente em Vitória e seu entorno, em conjunto com alguns poucos municípios litorâneos, com aumento crescente de suas participações. Além disso, grande parte dos fluxos financeiros

“ Os melhores índices de PDF foram encontrados, além de Vitória, nos principais municípios do entorno da capital (Vila Velha, Serra e Cariacica) e em grandes municípios do interior, como Cachoeiro de Itapemirim, Linhares e Colatina. Isso de certa forma já era esperado. ”

estão localizados nessas regiões, como visto.

Na seção 4, de forma pioneira para o Espírito Santo, empregou-se a técnica da Análise Fatorial na aplicação empírica, sendo possível conhecer a configuração financeira de cada município do Estado, a partir das variáveis utilizadas para esta técnica. Assim, constatou-se que os bancos adotam comportamentos diferenciados na economia capixaba (relativos a empréstimos, financiamentos, depósitos, etc.) dadas as características de centralidade definidas neste trabalho (renda, estabelecimentos, emprego), sendo que tais comportamentos foram explicativos para o que se verifica de forma crescente na economia capixaba, as disparidades regionais.

Os melhores índices de PDF foram encontrados, além de Vitória, nos principais municípios do entorno da capital (Vila Velha, Serra e Cariacica) e em grandes municípios do interior, como Cachoeiro de Itapemirim, Linhares e Colatina. Isso de certa forma já era esperado. No entanto, do total de 78 municípios, 58 foram classificados como sendo de potencial de desenvolvimento finan-

ceiro baixo e muito baixo, podendo ser considerados municípios periféricos e excluídos financeiramente, não atendendo às demandas de crédito e financiamento local.

Portanto, foi possível mapear os municípios no que se refere à situação real quanto ao fornecimento de créditos e serviços financeiros, destacando-se as regiões que são desprovidas destas características, cabendo às instituições governamentais atentarem para esta situação, com a implementação de políticas regionais mais ativas. Autores como Amado (1998), por exemplo, propõem a criação de um sistema bancário regional constituído de bancos públicos, de preferência que sejam geridos nas próprias regiões periféricas, com o objetivo de amenizar as bases voláteis de informação, facilitando a concessão de créditos para as empresas locais.

No Espírito Santo existem 3 bancos públicos que formariam um “tripe” na concessão de créditos, e, portanto, serviriam como instrumento para promover o desenvolvimento das regiões mais pobres do Estado: o Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES), o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES) e o Banco do Nordeste (BNB). A seguir, será relatada uma breve descrição de cada banco atuante no Estado.

O BANESTES é uma instituição financeira pública estadual, com atividades voltadas às operações de crédito às pessoas físicas, bem como às pequenas, médias e grandes empresas. De forma a complementar sua carteira de crédito, o banco atua também no mercado de câmbio, oferecendo produtos voltados, principalmente, ao financiamento de importações e exportações.

Como forma de promover o desenvolvimento regional, o BNB atua no Espírito Santo em um total de 28 municípios, localizados ao norte do Estado, na região acima do rio Doce. Já o BANDES, com forte atuação no microcrédito, no crédito para a micro e pequena empresa e no crédito rural,

financia a implantação, ampliação, formalização e a modernização de empresas e empreendedores dos vários setores da economia. Pode-se sugerir que o mesmo possua um papel mais ativo na concessão de créditos para grande parte da região oeste, onde o BNB não possui atuação.

Portanto, os bancos BANESTES, BNB e BANDES, a partir de uma atuação mais integrada, seriam os principais agentes para estender o crédito às regiões mais pobres do Espírito Santo. Assim, as regiões que estão fadadas ao subdesenvolvimento, como por exemplo, aquelas sediadas ao oeste do Estado, poderiam gozar de maiores benefícios e facilidades na concessão de créditos e financiamentos para serem empregados na economia local, o que aumentaria as possibilidades futuras de geração de um fluxo contínuo e duradouro de renda nestas regiões.

Referências

AMADO, A. M.; A questão Regional e o Sistema Financeiro no Brasil: Uma interpretação pós keynesiana, **Estudos Econômicos**, v. 27, n. 3, p.417-40, set./dez, 1997.

AMADO, A. M. Moeda, Financiamento, Sistema Financeiro e Trajetórias de Desenvolvimento Regional Desigual. **Revista de Economia Política**, v. 18, n. 1, jan./mar. 1998.

ANDRADE, T. A. Métodos estatísticos e econométricos aplicados à análise regional. In: HADDAD, Paulo Roberto (Org.) **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989, p. 427-507. (cap. 9).

BARRA, C.; CROCCO, M.A. **Moeda e Espaço no Brasil: Uma análise pós Keynesiana**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2002. (Texto para a discussão nº 181).

CAÇADOR, S. B.; GRASSI, R. A. A evolução recente da economia do Espírito Santo: um estado desenvolvido e peri-

- férico? In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 37., 2009. Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2009.
- CAVALCANTE, A. T. M. ; CROCCO, M. ; JAYME JR, F. G. Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional. In: Marco Aurélio Crocco; Frederico Gonzaga Jayme Junior. (Org.). **Moeda e Território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira**. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.
- CHICK, V.; DOW, S.C. A Post-Keynesian Perspective on the Relation Between Banking and Regional Development. In Arestis, P. (Ed.) **Post Keynesian Monetary Economics**. Aldershot, Elgar, 1988.
- CROCCO, M. A.; BARRA, C.; CAVALCANTE, A.; VAL, V.C. Desenvolvimento econômico, preferência por liquidez e acesso bancário: Um estudo de caso para as mesorregiões de Minas Gerais. **Análise Econômica**, Ano 21, n. 40, 2003.
- CROCCO, M. A. et al. The Behavior of Liquidity Preference of Banks and Public and Regional Development: The Case of Brazil, **Journal of Post Keynesian Economics**. v. 28, n. 2, p 217-40. Winter 2005-2006.
- CROCCO, M. A. Centralidade e Hierarquia do Sistema Financeiro. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2011. (Texto para a discussão nº 444)
- DOW, S.C. The Treatment of Money in Regional Economics. In: DOW, S.C. (Ed.), **Money and Economic Process**. Aldershot: Elgar, 1987.
- _____. Uncertainty and monetary policy. **Oxford Economic Papers**, 56 (2004), 539-561. 1999.
- ESTBAN. **Estatística Bancária por Município Mensal**. Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>>. Acesso em: fev. 2012.
- FERREIRA NETO, A. B.; PEROBELLI, F. S. Potencial de Desenvolvimento Cultural das Microrregiões de Minas Gerais: uma análise espacial. In: SEMINÁRIOS SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 14., 2010. Diamantina. **Anais...** Diamantina, 2010.
- FIGUEIREDO, A. T. L. **O Papel da Moeda nas Teorias do Desenvolvimento Desigual: Uma Abordagem Pós-Keynesiana**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2006. (Texto para discussão nº 293).
- GUISSO, L.; SAPIENZA, P.; ZINGALES, L. Does local financial development matter? **National Bureau of Economic Research Working Paper**, 8922, 2002.
- HAIR, J. F.; ANDERSON, R. E.; TATAHM, R. L.; BLACK, W. C. **Análise Multivariada de Dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Nacionais**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/servidor_arquivos_est/>. Acesso em: jul. 2011.
- INSTITUTO JONES SANTOS NEVES. **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória, ES, 2010. 464 p.
- LEVINE, R.; LOAYZA, N.; BECK, T. Financial intermediation and growth: Causality and causes. **Journal of Monetary Economics**, v. 46, p. 31-77, 2000.
- LEVINE, R.; ZERVOS, S. Stock markets, Banks, and Economic Growth. **The American Economic Review**, v. 88, n. 3, p. 537-558, 1998
- MELO, A. O., PARRÉ, J. L. Determinantes do desenvolvimento rural dos municípios da região sudeste paranaense. **Revista Faz Ciência**, v. 8, n. 1, p. 11-34, 2006.
- MOLLO, M. L. R. Ortodoxia e Heterodoxia Monetárias: a Questão da Neutralidade da Moeda. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 3(95), jul./set. 2004.
- MOTA, F.C de M. **Integração e dinâmica regional: o caso capixaba (1960-2000)**. 161 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2002.
- MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1965.
- NOGUEIRA, M.; FIGUEIREDO, A. T. L.; CROCCO, M. **Gestão de Ativo Bancário Diferenciada no Território: Um Estudo para os Estados Brasileiros**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2009. (Texto para Discussão nº 344)
- OREIRO, J. L.; CARVALHO, L. D. Moeda Endógena e Progresso Tecnológico Induzido num Modelo Macrodinâmico Pós-Keynesiano. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1 (32), p. 29-51, abr. 2008.
- PEREIRA, J.C.R. **Análise de Dados Qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: USP, 1999.
- RAIS. **RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. Estabelecimentos**. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: ago. 2011
- REZENDE, M. L., FERNADES, L. P. de C., SILVA, A. M. R. e. A utilização da análise fatorial para determinar o potencial de crescimento econômico em uma região do sudeste do Brasil. **Revista Economia e Desenvolvimento**, n. 19, p. 92-109, 2007.
- STUDART, R. O Sistema Financeiro e o Financiamento do Crescimento: Uma alternativa pós keynesiana à visão convencional. **Revista de Economia Política**, v. 13, n.1, jan./mar. 1993.
- VILLASCHI FILHO, A. Alguns elementos dinâmicos do sistema capixaba de inovação. In: LASTRES, H.M.M., CASSIOLATO, J.E. (Org.). **Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no MERCOSUL**. Brasília: IBICT, 1999. p. 199-244.

ANEXO

Descrição das variáveis utilizadas na Análise Fatorial

Variáveis	Descrição	Ano
D_VISTA	Quantidade de depósitos a vista no município em relação ao total do ES	2008
D_PRAZO	Quantidade de depósitos a prazo no município em relação ao total do ES	2008
POUP	Poupança do município em relação ao total do ES	2008
F_AGROP_ATIVO	Financiamentos destinados à agropecuária em relação ao ativo bancário do município	2008
F_ATIVO	Financiamentos do município em relação ao ativo bancário do município	2008
O_CRÉD_ATIVO	Outros créditos em relação ao ativo bancário do município	2008
F_IMOB_ATIVO	Financiamentos imobiliários em relação ao ativo bancário do município	2008
AGÊNC_PC	Quantidade de agências bancárias** <i>per capita</i>	2008
RENDA	Salário médio do trabalhador no município	2000*
ESTAB_IND	Quantidade de estabelecimentos industriais em relação ao total do ES	2008
ESTAB_AGROP	Quantidade de estabelecimentos agropecuários do município em relação ao total do ES	2008
TIPOS_IFs	Quantidade de estabelecimentos de instituições financeiras do município	2008
EMP	Quantidade de emprego formal do município em relação ao total do ES	2008
ATIVO_PIB	Ativo bancário do município dividido pelo PIB do ES	2008
RES_ATIVO	Contas de Resultado em relação ao Ativo bancário do município	2008
PLP	Preferência por Liquidez do Público do município	2008

Fonte: Elaboração Própria

* OBS.: Foi utilizado o ano de 2000 para a variável salário médio por trabalhador. Com o intuito de diminuir a defasagem temporal em relação às demais variáveis empregadas no modelo, a variável RENDA foi interpolada através da taxa de crescimento do PIB no período 2000-2008.

** Bancos múltiplos e bancos comerciais.